

AO VIVO

Curso de atualização:

DESAFIOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Aulas exclusivamente via Zoom 

05 Encontros

Público alvo:

Magistratura, advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública, equipes técnicas do Poder Judiciário, mediadores, conciliadores e profissionais que atuam com famílias em litígio.

Corpo Docente:



Beatrice Marinho

Psicóloga Jurídica - RJ



Bruna Barbieri

Assessora Jurídica - MA



Fernando Salzer

Procurador do Estado - MG



Heitor Moreira

Juiz de Direito - SP

*O corpo docente pode ser alterado por motivos de força maior.



Beatrice Marinho

Psicóloga do Núcleo de Apoio Técnico Multidisciplinar do Ministério Público do Rio de Janeiro (NATEM / MP-RJ)



Bruna Barbieri

Doutora em Direito, Presidente da Comissão Nacional de Alienação Parental do IBDFAM/MA;



Fernando Salzer

Procurador do Estado de Minas Gerais, consultor e parecerista;



Heitor Moreira

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e membro do FONAJUP.

Justificativa Acadêmica

A judicialização da alienação parental consolidou-se, nos últimos anos, como um dos temas mais sensíveis, complexos e controversos do Direito das Famílias contemporâneo. Embora a legislação e a jurisprudência tenham buscado oferecer instrumentos de proteção à convivência familiar e ao direito da criança à parentalidade saudável, a aplicação prática desses instrumentos no cotidiano forense pode revelar distorções relevantes, capazes de gerar efeitos opostos àqueles que se pretendia evitar, caso se permita a banalização da alegação de alienação parental e o uso do instituto como mecanismo de litígio. Aliado a esses perigos, a confusão conceitual existente no Brasil entre conflito coparental intenso, dificuldades relacionais legítimas e comportamentos efetivamente alienadores, além da adoção de medidas judiciais desproporcionais, por vezes dificultam a prática forense. Esse cenário evidencia que o problema central não reside na existência do instituto jurídico, mas sobretudo na forma como ele vem sendo judicializado e operacionalizado no cotidiano.

A atuação de advogadas(os), magistradas(os), membros do Ministério Público, Defensoria Pública e equipes técnicas exige, portanto, capacitação prática qualificada e contínua, que ultrapasse abordagens simplificadoras, discursos polarizados ou soluções automáticas. É imprescindível desenvolver critérios técnicos que permitam identificar riscos, limites e responsabilidades institucionais, evitando que o processo judicial se converta em instrumento de violência relacional, controle parental ou assédio processual para qualquer dos sujeitos envolvidos.

Nesse contexto, a realização de um curso prático de 10 horas, voltado especificamente à judicialização da alienação parental, justifica-se pela necessidade de aproximar teoria e prática, analisar casos concretos, qualificar a tomada de decisões e promover uma atuação forense comprometida com a proteção efetiva da criança e do adolescente, e não com a mera reprodução de narrativas acusatórias por qualquer das partes.

Objetivos Específicos

Capacitar profissionais jurídicos para identificar, compreender e intervir criticamente nos fenômenos de judicialização excessiva da convivência familiar e de assédio à coparentalidade, prevenindo danos às crianças, aos vínculos parentais e ao próprio sistema de justiça.

Metodologia

Exposição dialogada, análise de casos, provocações conceituais, construção de critérios práticos e reflexão ética.

09/06 | Aula Magna - Bruna Barbieri

Bases científicas da prevenção e combate à
Alienação Parental

16/06 | Aula 02 - Fernando Salzer

Aplicação do Protocolo do CNJ sobre Alienação
Parental

23/06 | Aula 03 - Beatrice Marinho

Reflexões sobre a coparentalidade no Brasil atual

30/06 | Aula 04 - Heitor Moreira

Uma visão do Judiciário sobre Alienação Parental

07/07 | Aula 05 - Bruna Barbieri

Desafios da aplicação da Lei nº 12.318/2010